

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICA
RESOLUÇÃO Nº 917/2015-PGJ, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015
(PROTOCOLADO Nº 119.636/2015)**

Nova denominação dada ao ATO NORMATIVO pelos arts. 1º e 4º da Resolução nº 1.177/2019-PGJ/CGMP/CSMP/CPJ, de 11/11/2019

Estabelece instruções para a eleição de seis membros do Conselho Superior do Ministério Público, de acordo com o disposto no art. 27 da Lei Complementar Estadual n. [734](#), de 26 de novembro de 1993

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo § 2º do art. 27 da Lei Complementar Estadual nº [734](#), de 26 de novembro de 1993, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº [945](#), de 8 de julho de 2003,

CONSIDERANDO a necessidade de baixar instruções para a eleição, pelos membros da carreira que não integram o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, de seis membros do Conselho Superior do Ministério Público, para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017, **RESOLVE** editar a seguinte RESOLUÇÃO:

**CAPÍTULO I
DA CAPACIDADE ELEITORAL**

Art. 1º. São eleitores todos os membros do quadro ativo da carreira do Ministério Público, exceto aqueles que, na data da eleição, integrarem o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 2º. São elegíveis os Procuradores de Justiça em exercício, que se inscreverem como candidato, mediante requerimento dirigido ao Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º. É inelegível o Procurador de Justiça:

- I** – que, no atual período, integra ou tenha integrado, em caráter efetivo, o Conselho Superior do Ministério Público por eleição ou como membro nato;
- II** – afastado da carreira, salvo se reassumir suas funções no Ministério Público até o dia 05 de outubro de 2015.

§ 2º. É obrigatória a desincompatibilização, mediante afastamento, 05 de novembro de 2015, para os Procuradores de Justiça que, estando na carreira:

- a)** ocuparem cargo na Administração Superior do Ministério Público;
- b)** ocuparem cargos eletivos nos Órgãos de Administração do Ministério Público;
- c)** estejam afastados das funções de execução normais de seus cargos;
- d)** ocuparem cargo ou função de confiança;

§ 3º. Proclamado o resultado da apuração, os Procuradores de Justiça que se afastaram para concorrer à eleição poderão reassumir imediatamente seus cargos ou funções.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO

Art. 3º. O requerimento de inscrição deverá ser dirigido ao Procurador-Geral de Justiça e protocolado no período de 16 a 30 de outubro de 2015, das 9:00 às 18:00 horas.

Parágrafo único. O requerente deverá comprovar, se for o caso, a desincompatibilização prevista no art. 2º desta Resolução.

Art. 4º. Até o dia 6 de novembro de 2015 o Procurador-Geral de Justiça fará publicar no Diário Oficial do Estado relação com os nomes dos candidatos habilitados e daqueles que tiveram o pedido de inscrição indeferido.

§ 1º. Em caso de indeferimento, o interessado, no prazo de 2 (dois) dias, poderá apresentar pedido de reconsideração ao Procurador-Geral de Justiça, que o decidirá também no prazo de 2 (dois) dias, providenciando a imediata publicação de sua decisão no Diário Oficial do Estado.

§ 2º. Se o pedido de reconsideração for indeferido, o interessado, no prazo de 2 (dois) dias, poderá interpor recurso ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores, que o decidirá no prazo de 5 (cinco) dias, intimando-se o interessado da decisão por meio do Diário Oficial do Estado.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

Seção I

Do Voto Eletrônico

Art. 5º. A eleição dar-se-á por meio eletrônico e será realizada no dia 05 de dezembro de 2015, cabendo a presidência dos trabalhos ao Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º. O período de votação será das 9 às 17 horas.

§ 2º. A votação será secreta, mediante voto plurinominal, podendo o eleitor votar em até 6 (seis) nomes.

§ 3º. O voto é obrigatório, sendo vedado exercê-lo por procurador ou por portador.

§ 4º. O voto é facultativo aos membros do Ministério Público que estejam afastados da carreira ou em gozo de férias ou licença prêmio.

Art. 6º. A votação será realizada em terminais eletrônicos instalados:

I - na Capital, no Edifício Campos Salles, na sede do Ministério Público;

II – nas sedes administrativas localizadas nas cidades de Araçatuba, Bauru, Campinas, Franca, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, Sorocaba e Taubaté.

§ 1º. Os locais de votação dos membros do Ministério Público referidos no inciso II deste artigo serão, tanto quanto possível, os que servirem como sede das áreas regionais administrativas da Instituição.

§ 2º. Os endereços dos locais de votação serão publicados no Diário Oficial do Estado com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da eleição.

Art. 7º. O Procurador-Geral de Justiça designará os Secretários-Executivos das Promotorias de Justiça da sede de cada área administrativa regional a fim de que supervisionem, conjuntamente, o processo eleitoral local, bem como servidores do Ministério Público,

incumbindo-lhes de auxiliar os Secretários-Executivos na condução do processo eleitoral local.

Art. 8º. Fica facultado aos candidatos, ou a representantes por eles credenciados junto à Procuradoria-Geral de Justiça, a fiscalização ininterrupta de todo o processo de votação.

Parágrafo único. O sistema eletrônico de votação atenderá as regras dispostas no Anexo I desta Resolução.

Seção II

Da Comissão Eleitoral

Art. 9º. Será constituída Comissão Eleitoral, integrada pelo Procurador-Geral de Justiça, que a presidirá, pelo Secretário do Conselho Superior do Ministério Público e por 3 (três) membros do Ministério Público.

Parágrafo único. Competirá à Comissão Eleitoral:

- I** – aprovar a lista de eleitores nos termos dos artigos 1º e 2º desta Resolução e acompanhar a preparação da eleição;
- II** – aprovar, em reunião pública a ser realizada no dia anterior à eleição, a validação do sistema eletrônico, lavrando a respectiva Ata, facultando-se a participação dos candidatos;
- III** - funcionar como Mesas Receptora e Apuradora;
- IV** – decidir sobre matérias relacionadas à arguição de vícios ou defeitos na votação e na apuração;
- V** – resolver os casos omissos, aplicando subsidiariamente a legislação eleitoral vigente.
- VI** – zelar pelo efetivo funcionamento do sistema de votação eletrônica, nos termos do artigo 6º, observadas, ainda, as características descritas no Anexo I desta Resolução.

Seção III

Da Apuração

Art. 10. Declarada encerrada a votação, será feita a verificação do número de eleitores e, em seguida, a apuração.

Art. 11. Caberá à Comissão Eleitoral validar a votação, apondo a rubrica de cada membro no termo de conferência, e gerar o relatório com o resultado final da eleição.

Art. 12. Encerrada a apuração serão proclamados os eleitos.

§ 1º. Considerar-se-ão eleitos os candidatos mais votados, observada, em caso de empate, a precedência conferida pela antiguidade na segunda instância; persistindo o empate, o mais antigo na carreira; e, em caso de igualdade, o mais idoso.

§ 2º. Serão suplentes dos eleitos os Procuradores de Justiça que se seguirem na ordem de votação, observado o critério de desempate previsto no parágrafo anterior.

§ 3º. O resultado geral da eleição será publicado na edição imediatamente subsequente do Diário Oficial do Estado.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os incidentes durante o processo de votação e de apuração serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça, em única instância.

Art. 14. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 08 de setembro de 2015.

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I
A QUE SE REFERE A RESOLUÇÃO Nº 917/2015-PGJ,
DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.
CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS DE FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA DA APLICAÇÃO DE VOTO ELETRÔNICO

- 1.1 Permite a votação e a apuração conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho Superior.
- 1.2 O eleitor votará em um dos terminais de votação localizados no edifício-sede da Instituição.
- 1.3 Para o acesso e votação na aplicação, os usuários serão previamente identificados ou poderão utilizar o certificado digital.
- 1.4 Emite a lista de eleitores aptos a votar em conferência anterior à eleição.
- 1.5 Promove a inicialização do sistema (abertura da eleição) através de usuário previamente cadastrado, de caráter sigiloso, de domínio da Comissão Eleitoral.
- 1.6 Emite, no início da votação, o relatório “Zerézima”, isto é, relatório de confirmação de zero voto computado.
- 1.7 Permite a visualização da foto dos candidatos.
- 1.8 Garante a emissão restrita de relatórios através de perfil de segurança no sistema.
- 1.9 Emite comprovante de votação com certificado de autenticidade.
- 1.10 Promove o encerramento da eleição no horário estipulado pelo regulamento.
- 1.11 Emite relação de votantes com data e hora da votação e certificado de autenticidade para conferência.
- 1.12 Emite os relatórios com os resultados finais da eleição: Mapa de votação, Quantidade de votos por candidato.

2. SEGURANÇA DO SISTEMA

- 2.1 Acesso restrito aos usuários com certificado digital ou previamente autorizados pelo sistema.
- 2.2 Acesso restrito aos eleitores aptos à eleição.

Publicação em: [Diário Oficial: Poder Executivo - Seção I, São Paulo, v.125, n.167 p.49, de 09 de setembro de 2015.](#)